



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI CM 159/2023

Dispõe sobre medidas de combate à discriminação e injúria racial no município de Divinópolis/MG e dá outras providências

O povo do Município de Divinópolis, por seus representantes legais, aprova e eu, na qualidade de Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica instituído no âmbito do município de Divinópolis/MG, a obrigatoriedade de se adotar as medidas aqui relacionadas e que se destinam ao combate à discriminação e injúria racial a todas as atividades abrangidas por esta lei.

Art. 2º- Os cinemas localizados no âmbito do Município de Divinópolis/MG deverão exibir antes de qualquer sessão, projeção informativa com esclarecimento e alerta quanto aos crimes de discriminação e injúria racial e as sanções previstas nas Leis nº 7.716/1989, nº 12.288/2010 e nº 14.532/2023.

Parágrafo Único - A projeção informativa não deve ser inferior a 15 (quinze) segundos de duração, podendo ser criada pela Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas), através do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR).



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

Art. 3º- Ficam todas as instituições, órgãos públicos, escolas públicas e privadas, cursinhos da rede de ensino, clubes recreativos, Estádios de Futebol, Campos de Futebol, quadras poliesportivas, ônibus coletivo e demais locais públicos, obrigados a afixarem placas em locais visíveis, com tamanho mínimo de 30 cm x 42 cm, com os seguintes dizeres:

“DISCRIMINAÇÃO RACIAL É CRIME, DENUNCIE DISQUE 100 ou (37) 3222-7067 - O denunciante não será identificado.”

Parágrafo Único – As regras estabelecidas no caput deste artigo se estendem às seguintes atividades:

I – Escolas, cursos técnicos, profissionalizantes, de idiomas de esportes e afins;

II - Espaços de recreação infantil e para adultos;

III- Espaços destinados à prática de esportes;

IV- Shoppings;

V- Teatros;

VI - Clubes Sociais;

VII – Ônibus coletivo;



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

Art. 4º – Nos eventos culturais e esportivos sediados no município de Divinópolis, deverá ser anunciado nos microfones, nos intervalos das apresentações ou jogos, a frase “SE VOCÊ FOI VÍTIMA DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL OU DE INJÚRIA RACIAL, NÃO SE CALE, DENUNCIE, PROCURE UM SEGURANÇA OU UM POLICIAL MAIS PRÓXIMO DE VOCÊ”

Artigo 5º. - Deverá o Poder Executivo de Divinópolis disponibilizar um canal de atendimento nos canais digitais oficiais (site) para receber as denúncias de racismo e injúria racial, manter ativo um banco de dados, bem como disponibilizar um disque denúncia no APP Divinópolis, para cadastrar os casos de Racismo e Injúria Racial ocorridos na cidade.

Parágrafo Único – Os casos que forem denunciados nos canais de atendimento citados no caput deste artigo, deverão ser imediatamente comunicados ao Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR).

Art. 6º- As empresas que não cumprirem com a determinação desta lei estão sujeitas às seguintes penalidades na seguinte ordem:

I – Advertência;

II – Multa de 20 UPFMD;

III – Verificada a reincidência, aplica-se em dobro a multa prevista no inciso;



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

Parágrafo Único – Os valores arrecadados com as multas aplicadas deverão ser totalmente repassados ao fundo municipal de igualdade racial;

Art. 6º- Esta lei entrará em vigor após a sua publicação.

Divinópolis/MG, 09 de Outubro de 2023.

Anderson da Academia
Vereador PSC

JUSTIFICATIVA

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Divinópolis Israel Mendonça

Srs. Vereadores (as) Este projeto de Lei tem por finalidade conscientizar a população para a prevenção e combate aos crimes ligados à discriminação racial e consequente defesa dos direitos das pessoas, da criança e do adolescente, especialmente direito à saúde e à dignidade, prioridade absoluta constitucional (art. 227 da Constituição Federal de 1988).

“Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

V – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

A discriminação racial cometida contra as pessoas atingem todos os seus direitos. A pessoa que é vítima de um crime ligado a discriminação racial tem evidentemente desrespeitados seus direitos à saúde (uma vez que é agredida mentalmente), à vida, à dignidade, ao respeito e à liberdade.

A pessoa que é vítima de discriminação racial tem atacada drasticamente sua autoestima, via de regra se torna depressiva e apresenta sequelas para toda a vida, tendo atingidos, pois, seus direitos à saúde (também mental), à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização e à cultura.

Um dos fatores mais importantes para a prevenção e o combate à discriminação racial é a conscientização da população, garantido o direito à saúde (física e mental) de milhares de pessoas. Enfrentar os crimes ligados à discriminação racial, que atingem diretamente todos os direitos da pessoa é proteger a vítima, especialmente através do esclarecimento, da prevenção e da assistência, ao lado do combate severo e incansável ao crime.



CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

MINAS GERAIS

O racismo é um sistema de opressão que permeia várias dimensões da vida em sociedade, produzindo e reproduzindo desigualdades que afetam a maior parte da nossa população. A ausência gritante de políticas públicas para o combate ao racismo gera, entre outras coisas, a negação de sua existência.

Divinópolis/MG, 13 de Julho de 2023.

Anderson da Academia
Vereador PSC